

Programa de Governo 2018

Apresentação

O Amazonas precisa de uma Revolução Socialista que seja parte da Revolução Social Brasileira. É nesse contexto que fazemos um Chamado à Rebelião dos explorados contra os exploradores na qual a classe operária em unidade com os setores populares organizados tomem em suas mãos a condução dos seus próprios destinos.

A cada ano aumenta a concentração de renda nas mãos dos mais ricos enquanto para a população que vive do trabalho a miséria aumenta avassaladoramente. O Amazonas é um triste exemplo desse mecanismo de transferência de renda que nunca foi alterado em benefício daqueles e daquelas que produzem a riqueza, nem mesmo quando o PT esteve no governo central do país.

As saídas apresentadas pelos partidos das oligarquias tradicionais intensificam ainda mais a velocidade com que a classe trabalhadora e a população são espoliadas para garantir a ampliação dos privilégios dos grupos empresariais e suas famílias. Ao mesmo tempo os partidos ditos de esquerda se lambuzam em todo tipo de escândalos, agindo da mesma forma que os partidos tradicionais da burguesia. Dessa forma fazem um duplo desserviço à nossa classe: garantem a intensificação da exploração e desmoralizam as organizações dos/das trabalhadores/as.

Uma análise criteriosa da história do Brasil e do Amazonas evidencia que só haverá verdadeiramente mudança se houver rompimento com todos os mecanismos de exploração e opressão existentes.

Esse rompimento, essa transformação não tem como acontecer sob direção das oligarquias e nem dos partidos de colaboração de classe. É para essa tarefa que o PSTU se postula. Neste sentido, apresentamos uma série de propostas, que acreditamos serem importantes para iniciar a transformação de que o Amazonas precisa.

No plano geral, defendemos:

1. Construir em todo o Amazonas, organizações de bases compostas por trabalhadores/as de todas as categorias e pelos/as moradores dos bairros populares;
2. Lutar para que o Governo Federal pare com o mecanismo de transferência de quase 50% do orçamento federal aos banqueiros como “pagamento” de Dívida Externa e Interna. Esse mecanismo de agiotagem retira do povo brasileiro cerca de 1 trilhão de reais por ano e é responsável por grande parte da miséria existente;
3. Revogação das reformas trabalhista, educacional, da lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Congelamento de Investimentos nas áreas sociais e todas as medidas que retiraram direitos da classe trabalhadora;
4. Fim dos privilégios aos políticos e aos magistrados;
5. Fim dos incentivos fiscais às grandes empresas e utilização desses recursos para aumentar a massa salarial;
6. Criação do Banco do Estado do Amazonas;
7. Investimento social para retirar o Amazonas da miséria.

No plano local, defendemos:*Combate ao Desemprego*

1. A redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais sem redução dos salários, para criação de milhares de postos de trabalho;
2. Um plano de obras públicas que contemple construção de moradias populares, escolas e hospitais, que gere emprego na construção civil;
3. Concurso público para o Estado, que atenda as reais necessidades da população em todas as áreas, como saúde, educação, judiciário, infraestrutura e logística;

4. Expropriação das empresas que entrarem em falência, colocando-as sob controle dos trabalhadores;
5. Estabilidade no emprego. Essa medida impede que os patrões joguem a conta das crises que eles geram, nas costas dos trabalhadores. O custo da crise das empresas deve ser assumido pelos empresários e não pelos trabalhadores;
6. Isenção de impostos para desempregados, que ficarão isentos de pagar suas contas de água, luz e impostos estaduais;
7. Transporte gratuito para estudantes e desempregados;
8. Trabalho para todos em idade laboral;
9. Reforma agrária. O governo do Estado lutará ao lado dos trabalhadores pela reforma agrária, que poderá assentar milhões de trabalhadores no campo;
10. Pela elaboração de Plano de Cargos e Salário que atenda as principais reivindicações das categorias do serviço público estadual;
11. Implementação do salário do DIEESE no serviço público;
12. Fim da terceirização! Retorno à previdência do Estado.

Moradia

1. Plano de construção de moradias populares em todos os municípios para zerar déficit habitacional do Amazonas;
2. Defesa incondicional da luta dos sem-tetos;
3. Legalização das ocupações com emissão de título de propriedade para os moradores;
4. Desapropriação, sem indenização, de propriedades que estão para especulação;
5. Expropriação de todas as propriedades griladas em terras do Estado;
6. Estatização das empresas envolvidas em corrupção.

Transporte e sistema de trânsito

1. Auditoria nas contas das empresas de ônibus;
2. Intervenção e estatização dos serviços de transportes coletivos nas cidades;
3. Criação da empresa intermunicipal de transporte terrestre;
4. Criação da empresa intermunicipal de transporte fluvial;
5. Fim da isenção de ICMS e *Redução da Tarifa*, já!
6. Passe-Livre para estudantes e desempregados.
7. Investimento massivo de recursos públicos para a implementação de um sistema de transporte que contemple as necessidades da maioria da população do Estado;
8. Obras viárias determinadas pelos conselhos populares, para acabar com as obras superfaturadas das grandes construtoras;
9. Fim da terceirização nos serviços de trânsito!

Abastecimento de Energia e Água

1. Reestatização das empresas privatizadas;
2. Redução do preço das tarifas água, luz e telefone;
3. Atendimento completo: ligação de água, luz, telefone e internet a todas as localidades do interior do Estado;
4. Tratamento de água e esgoto para 100% da população de todos os municípios;

Saneamento Básico e Meio Ambiente

1. Proteção das cabeceiras, drenagem e tratamento dos igarapés que cortam as cidades;
2. Estatização da coleta de lixo em todas as cidades, sem cobrança de taxas;
3. Coleta seletiva de lixo e reaproveitamento do mesmo em indústria;
4. Multa às empresas que estiverem poluindo os igarapés;
5. Campanha educativa para preservação da natureza.
6. Financiamento de pesquisas básicas e avançadas visando soluções ambientais adequadas.

Abastecimento de alimentos

1. Criação de terminais pesqueiros estatais nos municípios, sob controle dos trabalhadores;
2. Plano de infraestrutura para facilitar o escoamento dos produtos oriundos do interior do Estado;
3. Rede de feiras municipais controladas pelos trabalhadores, através dos Conselhos de Feirantes;
4. Financiamento pelo Banco do Estado de produção agrícola nas áreas rurais das cidades;
5. Garantia de preço mínimo para os pequenos produtores rurais,
6. Criação de centrais de abastecimento em todas as cidades do Estado.

Saúde

1. Desprivatização da Saúde. Por um Sistema Único de Saúde completamente estatal e gratuito;
2. Nenhum repasse de verbas para a saúde privada. Expropriação dos hospitais particulares.
3. Intervenção e expropriação dos planos de saúde privados que aumentem as mensalidades dos segurados;
4. Conselho popular constituído por trabalhadores da saúde e por membros da comunidade com autonomia para discutir e deliberar sobre planejamento, orçamento, controle das verbas e da qualidade ao atendimento em saúde;
5. Fim das Autarquias Hospitalares! Estatização da saúde sob controle dos trabalhadores!
6. Ampliar o orçamento da saúde em todos os níveis, utilizando o dinheiro do não pagamento das dívidas aos agiotas;
7. Construção de hospitais e ambulatórios equipados adequadamente para atender a população;
8. Plano de Cargos e Salários, de acordo com as reivindicações da categoria. Aumento Salarial para os trabalhadores da saúde. Redução da carga horária sem redução salarial.

9. Eleições diretas para diretores de hospitais e postos de Saúde;

Educação

1. Educação não é mercadoria! É um direito de todos/as. Será assegurada pelo Estado;
2. Defendemos 10 % do Produto Interno Bruto Nacional para a educação pública estatal;
3. Estatização das escolas particulares, com conseqüente aumento das vagas para garantir acesso à educação pública em todos os níveis;
4. Defendemos a revogação da Reforma do Ensino Médio e Construção de um Plano Educacional que contemple às especificidades do Amazonas!
5. Que o governo do Estado aplique rigorosamente 30% do orçamento ou 10% do PIB estadual, o que for maior, na educação pública estatal e elabore um plano para devolver a verba desviada em administrações anteriores;
6. Conselhos populares constituídos pelos trabalhadores da educação e por membros da comunidade escolar com autonomia para discutir planejamento, orçamento, execução e controle das verbas para garantir a qualidade do ensino;
7. Plano de Cargos e Salários discutido e aprovado pelos trabalhadores em educação;
8. Eleição direta e universal para diretor de escola e universidade públicas;
9. Um plano de construção de escolas compatível com a demanda existente;
10. Passe Livre para os estudantes.

Segurança

1. Os trabalhadores e a população farão sua própria segurança, através dos conselhos populares, os quais poderão:
 - a) Democratizar e controlar a polícia;
 - b) Lutar contra a violência e a criminalidade institucionais;
 - c) Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais;
 - d) Fim das tropas encarregadas da repressão às manifestações e distúrbios sociais;
 - e) Punição aos policiais que agredirem a população;
 - f) Apuração e punição para os crimes políticos;
 - g) Construir a autodefesa para os movimentos sociais;
 - h) Prisão e confisco dos bens dos corruptos e corruptores;

- i) Lutar por uma transformação radical na política carcerária;
- j) Fim das tropas particulares;
- k) Incorporação das guardas de segurança patrimonial ao efetivo do Estado, sob controle dos conselhos populares;
- l) Criação da polícia única sob controle dos trabalhadores.

Cultura, Esporte e Lazer

- 2. Criação de conselhos populares nessas três áreas;
- 3. Construção de uma política cultural para o Estado, a partir das características de cada município;
- 4. Dotar as escolas com os meios para estimular a arte em todas as suas dimensões e a prática do esporte em todas as modalidades;
- 5. Incentivar as iniciativas artísticas populares em toda sua diversidade;
- 6. Democratizar a entrada nos eventos culturais, facilitando o acesso a trabalhadores/as e estudantes.

Mulheres

- 1. Criação de creches nos locais de trabalho para que o pai ou a mãe trabalhador(a) possa deixar os seus filhos;
- 2. Fim do feminicídio!
- 3. Não à opressão de mulheres;
- 4. Destinação de 1% do PIB (Produto Interno Bruto) estadual para combate à violência contra a mulher;
- 5. Acabar com a diferença salarial entre homens e mulheres;
- 6. Contra as reformas neoliberais do governo federal, pela ampliação da licença maternidade para cento e oitenta dias e garantia de horário para amamentação;
- 7. A não exigência de “boa aparência” para o acesso ao mercado de trabalho;
- 8. Construção de lavanderias e restaurantes públicos;
- 9. Alteração dos livros escolares que colocam a mulher negra de maneira inferior;
- 10. Denúncia e punição para os agressores e a construção de abrigos com orientação e formação profissional;

11. Criação da infraestrutura necessária para abrigar e assistir os filhos das mulheres que sofrem violência;
12. Política de planejamento familiar acompanhada de mais emprego e melhor salário;
13. Orientação sexual para decidir, distribuição de contraceptivos pela rede pública de saúde nas escolas, postos de saúde e hospitais para homens e mulheres e atendimento à saúde integral da mulher;
14. Aborto legal para não morrer: descriminalização e legalização do aborto com atendimento e acompanhamento psicológico pela rede pública;
15. Capacitação para que os profissionais da saúde pública lidem adequadamente com as mulheres lésbicas;
16. Pelo fim da prostituição, que mantém a moral burguesa e explora o corpo feminino;
17. Pelo fim da prostituição infantil e infanto-juvenil acompanhada de uma política de educação e profissionalização para jovens.

Homossexuais

1. Garantia do direito de exercer a orientação sexual;
2. Combater a homofobia, a LGBTfobia e a Transfobia;
3. Não à opressão de homossexuais;
4. Legalização do casamento entre homossexuais.

Indígenas e povos tradicionais

1. Apoiar as iniciativas dos grupos indígenas que reivindiquem suas etnias;
2. Não à opressão e discriminação dos povos indígenas e povos tradicionais;
3. Respeitar os valores e a cultura dos povos indígenas e tradicionais, propiciando atendimento diferenciado nas instituições de saúde e de educação;
4. Pela imediata demarcação das terras indígenas;
5. Titulação gratuita das terras dos povos tradicionais.

Ampliar as receitas do Estado

1. Imposto progressivo para as grandes fortunas;
2. Lutar pelo fim das isenções fiscais às empresas do Distrito Industrial;
3. Não pagamento da dívida estadual aos grandes bancos;
4. Renegociação da dívida junto a União, sem pagamento de juros, retroativo à data do contrato;
5. Fim da isenção do ICMS às empresas;
6. Pelo fim da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como vamos governar?

1. Vamos governar através dos Conselhos populares, os quais terão poderes deliberativos e vão planejar e dizer onde deve ser aplicado o orçamento do estado;
2. Vamos governar apoiado nas mobilizações dos trabalhadores e da juventude;
3. Redução dos salários dos deputados e do governador ao nível salarial de um operário especializado.

Pelo fim da exploração e toda forma de opressão!